



Jane Araújo

Pinguelli: emissão de gases de veículo deve ser aferida no licenciamento

Ação integrada para enfrentar o aquecimento

Um plano nacional para enfrentar as consequências do aquecimento global foi defendido ontem, na Comissão de Mudanças Climáticas, pelo cientista Luiz Pinguelli Rosa. **Página 8**

Instituto Chico Mendes no centro da polêmica

Debate de cinco horas na Comissão de Meio Ambiente, com participação de Marina Silva, não foi suficiente para encerrar a polêmica sobre o Instituto Chico Mendes, criado por meio de medida provisória. **Página 3**

Aprovada por comissão, LDO vai hoje ao Plenário

O Congresso Nacional se reúne hoje, às 19h30, no Plenário da Câmara, para votar a proposta da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2008, aprovada pela Comissão Mista de Orçamento (CMO). Sob a presidência do senador José Maranhão, a CMO discutiu ontem 565 destaques para votação de emendas em separado – grande parte aceitos pelo relator, para facilitar um acordo. Foi retirada da LDO a previsão de aumento de 15% para a tabela de serviços prestados ao SUS. **Página 2**



Geraldo Magela

Em sessão presidida por José Maranhão (sentado, ao centro), a CMO concluiu a votação do relatório do deputado João Leão (sentado à esq.) sobre a LDO

Acordo pode permitir exame da ampliação do Supersimples

Entendimento anunciado pelo presidente da CAE, Aloizio Mercadante, prevê o compromisso do governo de vetar cobrança antecipada de ICMS e inclusão do setor de transporte no sistema simplificado de tributação. **Página 7**

Projeto garante uniforme para aluno da rede pública

De acordo com proposta aprovada pela Comissão de Educação, governo fornecerá a alunos da rede pública dois conjuntos de uniformes por ano. **Página 8**



J. Freitas

Cícero Lucena (à esq., em primeiro plano) é autor da proposta acolhida pela comissão



Jane Araújo

Marina, entre Quintanilha e Capobianco: idéia é implementar unidades de conservação



Governo consegue retirar do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias reajuste de 15% nas tabelas do SUS, mas abre possibilidade de negociação com a "bancada da saúde"

Comissão conclui votação da LDO, que entra na pauta do Congresso

A Comissão Mista de Orçamento terminou ontem a votação do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2008. O governo conseguiu tirar do projeto um reajuste de 15% nas tabelas dos hospitais que atendem pelo Sistema Único de Saúde (SUS), mas foram reiniciadas negociações para que, no final, seja concedido algum aumento.

Agora, o projeto da LDO será submetido à votação dos deputados e senadores, reunidos em sessão conjunta do Congresso, marcada para as 19h30 de hoje. Caso a matéria não seja examinada até o dia 17 de julho, os parlamentares não podem começar, no dia 18, o recesso de 14 dias, como prevê a legislação.

Reunidos sob a presidência do senador José Maranhão (PMDB-PB), os parlamentares da Comissão de Orçamento discutiram com o relator e os líderes da base do governo o conteúdo de 565 destaques para votação de emendas em separado. A maior parte indicava alguma obra ou serviço para receber verbas federais em 2008. Com o objetivo de conseguir apoio, o relator aceitou parcialmente um grande número de destaques.

O maior debate se concentrou na emenda que tratava do reajuste de 15% para o SUS. Depois de ter aceito o aumento, na semana passada, o relator João Leão (PP-BA)



Maranhão (D), presidente da CMO, ao lado do relator João Leão

voltou atrás e aceitou uma emenda que cancelava o reajuste. Os deputados da "bancada da saúde" tentaram manter o aumento, mas acabaram aceitando uma proposta de acordo. Para isso, foi agendada uma reunião entre os parlamentares e os ministros da Saúde, José Gomes Temporão, e do Planejamento, Paulo Bernardo.

O deputado Walter Pinheiro (PT-BA), vice-líder do governo, acredita que poderá haver acordo sobre o aumento, e propõe que as tabelas do SUS sejam reajustadas anualmente com base no crescimento da economia. "Todo ano é essa disputa na Comissão de Orçamento. É melhor colocar alguma coisa na lei", recomendou. O deputado Darcísio Perondi (PMDB-RS) advertiu que, sem aumento, "o governo pode enfrentar algum problema" na votação da LDO pelo Congresso.

A segunda maior disputa se deu em torno de uma emenda que tirava do projeto da LDO a autorização para que o governo gaste por mês, em 2008, um doze avos dos

investimentos em execução, caso o Congresso não aprove o Orçamento até o fim deste ano. O deputado Eduardo Sciarra (DEM-PR) argumentou que, com a medida, o governo não precisaria se esforçar para votar o Orçamento de 2008, pois "estaria autorizado a gastar duodécimos da proposta que enviar ao Congresso". No final, ficou estabelecido que o governo só não poderá liberar duodécimos para novos investimentos, ficando liberado para projetos em andamento.

CPMF

O Democratas também tentou derrubar a previsão de que o governo contará, em 2008, com dinheiro da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). Os parlamentares do partido ponderaram que a CPMF acabará no final deste ano e sua renovação ainda está tramitando na Câmara. O Democratas, que quer o fim da contribuição, não obteve votos suficientes para rejeitar a previsão.

Foi excluído do projeto um item do substitutivo que obrigava as entidades privadas de serviço social e de formação profissional vinculadas ao chamado Sistema S (Sesi, Senac, Sesc, Senai e Sebrae) a colocarem na internet informações sobre contribuições recebidas e onde gastaram o dinheiro, região por região.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário realiza sessão deliberativa às 14h

A pauta do Plenário, com sessão às 14h, continua trancada por sete medidas provisórias e cinco projetos que tramitam em regime de urgência. Entre os itens, encontra-se a MP 366/07, que cria o Instituto Chico Mendes e reformula a estrutura do Ibama.

Nova audiência na CCT sobre conteúdo audiovisual

A Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) realiza, às 9h, no Plenário 13 da Ala Senador Alexandre Costa, a segunda audiência pública para debater o tema "Conteúdo Audiovisual em Tempos de

Convergência Tecnológica". Foram convidados, entre outros, o diretor da Ancine, Leopoldo Nunes, e Assunção Fernandes, representante da Associação Brasileira das Empresas Produtoras de Cinema.

Subcomissão dos Biocombustíveis define cronograma

A Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, que funciona no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), promove reunião às 10h para de-

finir o cronograma de trabalho do segundo semestre. Às 11h, a CRA reúne-se para eleger o presidente do colegiado, que substituirá o ex-senador Joaquim Roriz.

Titularidade de mandatos será discutida pela CCJ

Às 10h, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) reúne-se para analisar 11 proposições. Constatam da pauta duas propostas de emenda à Constituição. Uma delas visa assegurar aos partidos

a titularidade dos mandatos parlamentares e a outra pretende admitir coligações eleitorais apenas nas eleições majoritárias. Também será discutido o ajuste anual do salário mínimo.

Audiência em subcomissão debate lei para teatro

A Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social, da Comissão de Educação (CE), realiza, às 10h, audiência pública para debater propostas para a elaboração de uma lei específica para o setor

teatral. Entre outros convidados, devem participar da reunião a atriz Beatriz Segall e a presidente do Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões do Rio Grande do Sul, Marley Bisol Dankwardt.

Conselhos e regulamentação de profissões

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) debate, a partir das 11h, a regulamentação de profissões e a criação de conselhos profissionais. Participam da reunião os presidentes da Frente Parlamentar das Profissões Regulamentadas, deputado Paulo Magalhães; do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, José Euclides Poubel e Silva; do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional do Rio Grande do Sul, Maria Teresa Dresch da Silveira; e do Conselho Federal de Economia, Synésio Batista da Costa.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Alvaro Dias

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: Gerson Camata

3º Secretário: César Borges

4º Secretário: Magno Malta

Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Weiller Diniz

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Cirilo Quartim e Leif Bessa

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa, Davi Emerich e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - *E-mail:* jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Renan Calheiros, Magno Malta, Papaléo Paes e Adelmir Santana



Rosevelt Pinheiro

Raupp: hidrelétricas devem iniciar operação em 2012

Raupp comemora licença para duas usinas no Madeira

O líder peemedebista, senador Valdir Raupp (RO), comemorou em Plenário anúncio feito pelo Ibama de liberação da licença ambiental necessária para a construção das duas usinas do rio Madeira – Girau e Santo Antônio.

– A possibilidade de construir essas duas hidrelétricas, com capacidade de produzir quase 6,5 mil megawatts, é algo que devemos festejar intensamente – disse o senador, para quem a necessidade de crescimento do país e alternativas energéticas de pior qualidade que as hidrelétricas são razões pelas quais deve-se priorizar esse projeto.

De acordo com Raupp, se não houver novos atrasos no cronograma, a expectativa é que as primeiras turbinas da Usina de Santo Antônio entrem em operação em meados de 2012. A hidrelétrica ainda levará algum tempo para atingir sua capacidade máxima de geração, disse ele.

Exigências

Apesar de o Ibama ter apresentado 33 novas exigências para a emissão definitiva, as chamadas licenças de instalação, Raupp acredita que isso não irá alterar substancialmente os projetos, conforme avaliação dos engenheiros responsáveis pela obra.

O senador mencionou, entre as principais exigências, a retirada do projeto das ensecadeiras, uma espécie de muro utilizado para manter seco o canteiro de obras; o controle de sedimentos do rio; a construção de canais para peixes; a implantação de centro de produção; e monitoramento dos níveis de contaminação de mercúrio nas águas do rio.

Unidades de conservação precisam ser fortalecidas e mais bem geridas, afirma em audiência pública a ministra do Meio Ambiente

Marina debate papel do Instituto Chico Mendes

A implementação das unidades de conservação ambiental é tão relevante que, dentro de alguns anos, o Instituto Chico Mendes será tão amado e prestigiado quanto o Ibama, afirmou ontem, em audiência pública no Senado, a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva.

– Fazer o que é certo, não o que traz aplausos imediatos, sempre foi minha maneira de agir. Assim como o Ibama representou um avanço, porque deteve o desmatamento, o Instituto Chico Mendes será fundamental para assegurar a conservação das unidades ambientais.

O objetivo da audiência, promovida pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) por solicitação do senador Expedito Júnior (PR-RO), foi debater o projeto de lei de conversão (PLV 19/07) da Medida Provisória 366/07, que cria o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, mediante desmembramento do Ibama. Já aprovado pela Câmara, o projeto está na ordem do dia do



Jone Araújo

Entre Quintanilha (E), presidente da CMA, e João Paulo Capobianco, Marina fala à comissão

Senado desde o dia 3.

Além de Marina, participaram da discussão o secretário-executivo do Ministério do Meio Ambiente, João Paulo Capobianco; o representante do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) Paulo Nogueira Neto; e o presidente nacional da Associação dos Servidores do Ibama (Asibama), Jonas Correa Moraes, entre outros.

Segundo a ministra, a nova au-

tarquia é uma boa iniciativa para o Brasil e para os servidores do setor. Ela lembrou que o Parque de Itatiaia, o mais antigo do país, criado por Getúlio Vargas, somente agora está concluindo sua regularização fundiária.

Marina afirmou que as unidades ambientais precisam ser fortalecidas e mais bem geridas, uma vez que preservar os ativos ambientais e promover o desenvolvimento

econômico devem ser os objetivos mais amplos de uma potência ambiental do mundo, como é o Brasil.

João Paulo Capobianco enfatizou não ser verdade que as unidades de conservação sejam impeditivas de projetos de desenvolvimento. O Complexo do Rio Madeira (RO) é um exemplo recente disso, observou. Ele destacou que o desmembramento de órgãos é uma medida que atende a essa exigência.

Greve

Depois de ouvir a defesa do Instituto Chico Mendes, Jonas Correa Moraes, presidente da Asibama, sustentou que a iniciativa “vai fragmentar o sistema de coordenação e controle das questões relativas ao meio ambiente no Brasil”.

– Estamos fazendo greve para conscientizar a opinião pública e o Congresso. Comunicamos esses fatos à direção [do Ibama], dizendo que trabalharíamos junto aos congressistas contra a MP, porque ela cria gargalos que inviabilizarão a política ambientalista do país. Será o caos – garantiu.

Apelo ao extrativismo e às populações

O Projeto de Conversão 19/07, oriundo da Medida Provisória 366/07, cria o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, uma autarquia federal dotada de personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa e financeira, vinculada ao Ministério do Meio Ambiente.

São as seguintes as finalidades do instituto:

- 1- executar ações da política nacional de unidades de conservação da natureza, referentes às atribuições federais relativas à proposição, implantação, fiscalização e monitoramento das unidades de conservação instituídas pela União;
- 2- executar as políticas relativas ao uso sustentável dos recursos naturais renováveis, apoio ao extrativismo e às populações tradicionais nas unidades de conservação;
- 3- fomentar e executar programas de pesquisa, proteção, preservação e conservação da biodiversidade e de educação ambiental;
- 4- exercer o poder de polícia ambiental para a proteção das unidades de conservação;
- 5- promover e executar, em articulação com os demais órgãos e entidades envolvidos, programas de ecoturismo nas unidades de conservação, onde essas atividades são permitidas, bem como programas recreacionais de uso público.

Senadores divergem sobre novo órgão para política ambiental

No debate ao longo de cinco horas na Comissão de Meio Ambiente, os senadores Expedito Júnior e Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) criticaram a forma como o governo decidiu criar o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – por meio de uma medida provisória.

Já a senadora Fátima Cleide (PT-RO) disse que, mesmo por meio de MP, o assunto está sendo discutido com profundidade no Congresso. A mesma opinião foi defendida por Sibá Machado (PT-AC) e pela líder do PT, Ideli Salvatti (SC). Os representantes petistas argumentaram que o governo tem urgência na ação de proteção ambiental.

Expedito Júnior aproveitou o depoimento do representante dos funcionários do Ibama, Rodrigo Koblitz, para abordar o risco de internacionalização da Amazônia. Segundo Koblitz, a questão tem sido favorecida pela participação de organizações não-governamentais (ONGs) internacionais, como a WWF, na gestão de unidades de conservação.

Jefferson Péres (PDT-AM) e Sibá Machado afirmaram não acreditar que a criação do Instituto Chico Mendes aumente os riscos de internacionalização da região. Jefferson disse que o argumento não deveria ser utilizado

pelos funcionários do Ibama contra a criação do instituto, pois, em sua opinião, “não tem consistência”. Sibá declarou estranhar que ninguém discuta esse risco quando surge uma notícia como a de que “George Soros vai comprar 100 mil hectares de terra em São Paulo”.

Já Garibaldi Alves (PMDB-RN) questionou a extinção de escritórios do Ibama nos estados. Mas o secretário-executivo do Ministério do Meio Ambiente, João Paulo Capobianco, disse que os escritórios a serem extintos são desnecessários. Isso ocorre, segundo Capobianco, nos estados mais desenvolvidos do Sudeste – São Paulo e Minas, por exemplo, onde os governos estaduais possuem estruturas eficientes de proteção ambiental.

Ideli Salvatti também criticou os servidores do Ibama que utilizaram o Cristo Redentor – escolhido como uma das sete novas maravilhas do mundo – para protestar contra a criação do Instituto Chico Mendes.

Eduardo Suplicy (PT-SP) defendeu a gestão de Marina Silva. Fátima Cleide ressaltou que, como ambientalista e sindicalista, vê com muita tristeza os protestos dos funcionários do Ibama contra a criação do instituto. Um grupo de servidores do Ibama assistiu à reunião.



Geraldino Magela

Sibá Machado diz estranhar agressividade de servidores

Sibá: iniciativa não muda política do meio ambiente

Sibá Machado disse não entender a agressividade e a carga emocional com que os servidores do Ibama resistem à criação do Instituto Chico Mendes. Para o senador, a iniciativa é uma medida administrativa de governo e não uma mudança na política pública de proteção ao meio ambiente.

De acordo com Sibá, em 1989, quando o Ibama foi criado, havia 134 unidades de conservação federais no país. Hoje, totalizam 288, com área de 70 milhões de hectares, o equivalente ao território da França.

“Presidirei o Congresso, se necessário”

Renan Calheiros disse que, “se for necessário”, presidirá a sessão do Congresso convocada para hoje às 19h30 com o objetivo de votar a Lei de Diretrizes Orçamentárias, e que não há falta de coragem diante das promessas de manifestações contrárias a ele por parte de deputados.

– Mas, se não houver necessidade, a sessão será presidida por Narcio Rodrigues, 1º vice-presidente da Câmara. Isso já aconteceu muitas vezes.

Falta de quórum impede votações no Plenário

A ordem do dia de ontem foi inviabilizada pela falta de acordo e de quórum para votação de matérias.

O líder do DEM, José Agripino (RN), informou que seu partido iria obstruir as votações pelo fato de o governo não ter apresentado uma posição sobre os pescadores artesanais prejudicados por portaria do Ibama; e o líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), pediu verificação de quórum, o que também inviabilizou as votações.

Cafeteira passa bem após cirurgia

Segundo a assessoria de imprensa de Epitácio Cafeteira (PTB-MA), o senador passa bem após ter sido submetido ontem, no Hospital Sírio-Libanês, em São Paulo, a um hígroma (drenagem de líquido da caixa craniana).

A cirurgia alcançou sucesso e, embora o senador esteja apto a deixar o hospital em dois dias, a equipe médica optou por mantê-lo internado por mais alguns dias para retirada dos pontos e realização de exames finais.

Senador diz que conselho não é autoridade judiciária e que polícia ultrapassou limites ao investigá-lo sem autorização do STF

Renan pede ao procurador-geral da República que assuma investigação

A Assessoria de Imprensa da Presidência do Senado divulgou ontem à noite o texto da petição que o presidente da Casa, Renan Calheiros, enviou ao procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza, solicitando a elucidação dos fatos envolvendo a representação que corre contra o parlamentar no Conselho de Ética.

De acordo com o texto, o conselho “não tem poderes investigatórios típicos das autoridades judiciárias”, e, portanto, não poderia ter pedido à Polícia Federal que periciasse os documentos constantes da defesa de Renan. Tratam-se de notas fiscais, guias de transporte e comprovantes de vacina.

No entender do parlamentar, a PF ultrapassou os limites da tarefa que lhe foi solicitada pelo conselho, e passou a investigar, sem a autorização do Supremo Tribunal Federal (STF), um senador da República. Mais: a autoridade policial “apresentou conclusões que, não sendo opostas às da Secretaria de Controle Interno do Senado, pelo menos estabelecem confusão sobre os seus acertos”.



Para Renan, representação contra ele não tem “limitação objetiva”

Renan, em sua petição ao procurador-geral, reafirma que já enviou àquele colegiado “todos os documentos hábeis à comprovação da impropriedade das imputações”.

O presidente do Senado encaminhou, juntamente com a petição, os documentos objetos da perícia, pedindo que seja estabelecida a sua autenticidade, indicando, em tese, que eventual falsidade o sujeitaria a processo com base no Código Penal.

Questionamentos

Na segunda-feira, os advogados de Renan protocolaram no Conselho de Ética duas petições com questionamentos sobre a forma como o órgão

tem atuado na condução de suas investigações. Eles argumentam que a representação apresentada pelo PSOL não teria uma “limitação objetiva”, o que prejudicaria o exercício da defesa, e, por essa razão, deveria ser anulada.

O texto da primeira petição afirma que “até hoje, o representado não sabe exatamente a matéria que contra si é imputada, haja vista o tumulto que as acusações sucessivas e injustas têm causado na marcha regular desse processo”.

A defesa também solicita a anulação da perícia inicialmente realizada pela PF, feita a pedido do próprio conselho, e não da Mesa diretora do Senado, conforme determina o regimento, e que teria, na visão dos advogados, ido “além do que se demandou”.

Os advogados querem também que os procedimentos sejam retomados a partir da votação do relatório apresentado pelo senador Epitácio Cafeteira (PTB-MA), que recomendava o arquivamento do processo por falta de provas. Cafeteira se afastou do cargo de relator por motivos de saúde.

Conselho de Ética relaciona documentos que serão periciados

O presidente do Conselho de Ética, Leomar Quintanilha (PMDB-TO), apresentou na noite de ontem à imprensa a relação de todos os documentos que precisam ser oferecidos para que a Polícia Federal possa concluir a análise dos papéis enviados por Renan Calheiros em sua defesa.

A apresentação foi feita após reunião entre Quintanilha e os três relatores do processo por quebra de decoro parlamentar contra o presidente do Senado – Renato Casagrande (PSB-ES), Marisa Serrano (PSDB-MS) e Almeida Lima (PMDB-SE).

A lista foi elaborada a partir de encontro com agentes da PF. Para a finalização do processo, o presidente do Senado deverá apresentar livros-caixa de suas propriedades rurais, talonários de origem de notas fiscais, ficha cadastral do rebanho dos anos de 2003 a 2006 (por propriedade), Guias de Transporte Animal referentes às vendas de gado ocorridas no período,

recibo da nota fiscal com atestado de recebimento pelo comprador e notas fiscais de eventuais compras de gado que tenham ocorrido no período.

Também serão solicitados documentos à Secretaria de Agricultura, à Agência de Defesa e Inspeção Agropecuária de Alagoas, à Delegacia Regional do Ministério da Agricultura e à Secretaria da Fazenda de Alagoas. Os compradores das reses de Renan serão instados a fornecer documentos das aquisições.

Por solicitação do conselho, tanto Renan, enquanto representado, como o PSOL, autor da representação, suge-

riram perguntas a serem respondidas no aprofundamento das investigações pela PF. Finalizada a relação, será encaminhada à Mesa diretora solicitação para que seja requerida oficialmente junto à PF a conclusão da perícia.

– Estamos procurando ser prudentes para encaminhar um documento consistente – disse Quintanilha.

O senador informou ainda que as petições encaminhadas pelos advogados de Renan, questionando procedimentos do conselho, estão sendo analisadas. Ele disse acreditar que hoje terá uma posição sobre o assunto.

PSOL solicita investigação sobre Schincariol em AL

O PSOL apresentou ontem ao Conselho de Ética um pedido para ampliar a representação contra o presidente do Senado, Renan Calheiros, incluindo nela a investigação das denúncias de que o senador teria atuado para beneficiar a cervejaria Schincariol em Alagoas, após a empresa ter adquirido uma fábrica de seu irmão, deputado Olavo Calheiros (PMDB-AL).

O documento entregue pelo partido é um aditamento à representação, também apresentada pelo PSOL, para verificação de quebra de decoro parlamentar por Renan.

O presidente do conselho, Leomar Quintanilha (PMDB-TO), comprometeu-se a responder até o meio-dia de hoje se acatará ou não o requerimento de aditamento. Segundo a presidente do PSOL, ex-senadora Heloísa Helena, se entender que o pedido é relevante, Quintanilha deverá convocar uma reunião de todo o conselho, para que o Plenário se manifeste sobre a ampliação do escopo das investigações.

– Se o conselho não acatar, ou deixar a decisão para agosto, entraremos com uma nova representação, que inclusive já está pronta – informou Heloísa.

Perícia

O PSOL também apresentou ao Conselho de Ética os quesitos a serem formulados à Polícia Federal para a orientação da perícia nos documentos apresentados por Renan em sua defesa: questionamentos sobre a autenticidade da compra e da venda de gado que seria, segundo a defesa do senador, fonte dos recursos utilizados no pagamento da pensão a uma filha; e questões relativas à movimentação bancária de Renan.

Em relação ao suplente do ex-senador Joaquim Roriz, Gim Argello (PTB-DF), Heloísa afirmou que o PSOL aguardará sua posse para protocolar também contra ele uma representação por quebra de decoro parlamentar.



Quintanilha (E), presidente do colegiado, com dois dos relatores, Casagrande e Marisa: “prudência na condução do caso”

Fotos: Jane Araújo

Virgílio volta a pedir afastamento; Renan reitera que não deixa cargo

O líder do PSDB, Arthur Virgílio, voltou a pedir ontem o afastamento de Renan Calheiros (PMDB-AL) da Presidência do Senado durante as investigações do Conselho de Ética. O apelo se repetiu em Plenário depois que Renan encaminhou petições públicas ao colegiado questionando aspectos da apuração.

Virgílio disse reconhecer o direito de Renan a ampla defesa, mas ponderou que, para afastar suspeitas sobre uma suposta intenção de emperrar as investigações, ele deveria ter feito o recurso como senador, e não na condição de presidente da Casa.

– Seria mais confortável para o Conselho de Ética e para os senadores que vossa excelência tivesse feito o recurso sem ser presidente do Senado. Portanto, o PSDB manterá a posição de sugerir seu afastamento e fará tudo para que se tenha uma investigação profunda sobre o caso em homenagem à democracia, à dignidade do Senado e à austeridade do Legislativo – declarou.

Após ressaltar seu respeito pelo líder tucano, Renan sustentou sua disposição de permanecer à frente da Presidência da Casa, afirmando não saber do que está sendo acusado. E advertiu àqueles que tenham eventuais interesses em sua saída que “terão que sujar as



Virgílio: recurso deveria ter sido feito como senador, e não como presidente

mãos” e explicar por que o estão tirando do cargo, conquistado com os votos de 52 senadores.

Em pronunciamento feito em seguida, Renan frisou considerar um direito seu defender-se perante o conselho e argumentou que sua condição de senador não pode ser separada da de presidente do Senado, o que, disse, seria verdade também para quem, por exemplo, exerce a função de líder.

– Que armem uma força ou façam uma fogueira na porta do Senado, mas eu vou me defender, vou exercer o meu direito constitucional. Vou até o fim. Não arredarei pé. Na adversidade é que a alma cresce.

Ao final, Jefferson Péres (PDT-AM), que por várias vezes sugeriu ao senador que se licenciasse do cargo, disse que seu objetivo “nunca foi constranger” Renan.

Almeida Lima aponta jogo da mídia contra presidente da Casa

Almeida Lima (PMDB-SE) avaliou ontem, da tribuna, que “o momento da política nacional é de conflito e de confronto entre a dignidade e a hipocrisia”. Ele disse isso ao referir-se a suposta “perseguição da grande mídia, por meio de um jogo”, para derrubar o presidente do Senado.

– O jogo praticado pela mídia tem sido bruto, e todo ele está sendo jogado para conquistar, como aliada, toda essa massa ignara, formada pela grande opinião pública brasileira, que, neste momento, é usada até na sua boa fé pela ansiedade que tem de ver acabar a crescente onda de corrupção em que se meteram todas as instituições políticas e sociais do Estado brasileiro.

Almeida Lima defendeu o direito de Renan Calheiros utilizar plenamente sua defesa no Conselho de Ética, objetivando ser inocentado das acusações que pesam contra ele.

O parlamentar, que é um dos

relatores da representação no conselho, afirmou que posicionar-se a favor dos direitos do presidente tem lhe custado um preço alto. Ele afirmou que sua postura vem sendo questionada, mas prefere enfrentar essa polêmica a “ser inconstante e leviano”.

Almeida Lima se referia principalmente ao fato de Renan ter recebido sugestões em Plenário para que se licenciasse da Presidência enquanto o processo no conselho estiver em curso.



Almeida Lima diz que prefere enfrentar polêmica a ser inconstante e leviano

Auditoria feita pela própria estatal e informações de analista da Controladoria Geral da União revelam que contrato com a empresa FS3 foi superfaturado e feito sem licitação

Infraero e CGU constataam irregularidades em contrato

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Apagão Aéreo ouviu ontem cinco autoridades que investigam irregularidades no contrato firmado entre a Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero) e a empresa FS3, que forneceu, por R\$ 26,8 milhões, *software* para gerenciamento de mídia em 65 aeroportos.

O relator da CPI, senador Demostenes Torres (DEM-GO), informou que a empresa FS3 foi criada em agosto de 2003 para atuar em mídia aeroportuária e que, em dezembro do mesmo ano, já foi assinado, sem licitação, o contrato com a Infraero para fornecimento, instalação e implantação do programa de computador Media Plus Advantage V2. Segundo o relator, há informações de que o *software* não deveria custar mais do que R\$ 3 ou 4 milhões à Infraero.

Das investigações relatadas pelos depoentes, a única conclusão foi auditoria interna feita

pela própria Infraero. O auditor Fernando Silva de Andrade assinalou que foram encontradas irregularidades e que o custo da implantação foi considerado fora dos padrões devido à “pouca complexidade” do programa.

O analista da Controladoria Geral da União (CGU) Amarildo José Leite comunicou que a CGU constatou irregularidades no contrato, como valor muito alto e ausência de licitação, e enviou nota técnica sobre o assunto à CPI. Os procuradores do Ministério Público Federal Rômulo Moreira Conrado e Gilberto Waller Júnior e a representante do Departamento de Polícia Federal, Alessandra Borba, informaram que os órgãos que representam estão investigando o caso e que ainda não há conclusões.

O senador José Agripino (DEM-RN) defendeu a necessidade de melhor planejamento estratégico do tráfego aéreo nacional. O presidente da CPI, senador Tião Viana (PT-AC), reconheceu a

necessidade de crescimento dos aeroportos nacionais e propôs parcerias público-privadas com esse objetivo.

Quebra de sigilo

Demostenes Torres comunicou que a CPI pedirá quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico de pelo menos 15 envolvidos no contrato firmado entre a Infraero e a FS3. O relator disse que o contrato foi suspenso depois que auditoria interna apontou as primeiras irregularidades. Calcula-se, assinalou ele, que chegaram a ser pagos R\$ 10 milhões do total de R\$ 26,8 milhões que seriam gastos.

O senador afirmou que “uma gangue” se instalou na Infraero e que muitos dos “delinquentes” envolvidos continuam a trabalhar na empresa até hoje. Ele disse ainda que as ocorrências de corrupção na Infraero estão diretamente ligadas ao chamado apagão aéreo, uma vez que recursos que deveriam se destinar a obras de infra-estrutura foram desviados.



Tião Viana (C) e Romeu Tuma (3º à dir.) na reunião da CPI em que convidados foram ouvidos a respeito de investigações na Infraero

Empresária denuncia repasse de áreas sem licitação

Ao concluir seu depoimento na CPI do Apagão Aéreo, a empresária paranaense Sílvia Pfeiffer acusou ontem a Infraero de repassar, sem licitação, todas as áreas aeroportuárias pertencentes à ex-companhia aérea Transbrasil ao empresário Nenê Constantino, da Gol. Segundo o relator da comissão, Demostenes Torres, novas investigações deverão ser realizadas pela Polícia Federal para apurar as denúncias.

No dia 21 de junho, Sílvia depôs na comissão e denunciou irregularidades em contratos rea-

lizados pela empresa da qual era sócia, a Aeromídia, com a Infraero. Mas o depoimento foi interrompido por ordem médica, uma vez que a empresária apresentou problemas de hipertensão.

Balcão de negócios

Sílvia Pfeiffer também acusou a Infraero de ter se transformado em um balcão de negócios, uma vez que o preço para se veicular uma peça publicitária nos aeroportos não é fixo, variando de cliente para cliente. Durante a reunião da comissão, foi exibida uma gravação feita por Sílvia,

na qual o publicitário Adilson Silva, gerente da Sá Publicidade, em conversa telefônica com a própria empresária, revela, ainda no início do ano, a existência de direcionamento de licitação envolvendo contrato publicitário de R\$ 1,2 milhão com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT).

A empresária juntou ainda provas da autenticação indevida de notas fiscais frias por cartório em Curitiba que comprovariam a apropriação indevida, por terceiros, de recursos da Infraero.



César Borges cobra de Lula incentivos à produção de biocombustíveis na região

César Borges vê descaso do governo federal em relação ao Nordeste

O governo federal, na opinião de César Borges (DEM-BA), “ainda não conseguiu criar uma política consistente” para o desenvolvimento do Nordeste. O senador pediu para o governo “parar de iludir” a região.

Borges afirmou que há quatro anos, em Fortaleza, o presidente Lula prometeu a recriação da Superintendência do Desenvol-

vimento do Nordeste (Sudene), o que não ocorreu até agora. O parlamentar citou outras iniciativas cobradas pelos estados nordestinos que carecem de apoio federal, como a rodovia Transnordestina, uma siderurgia no Ceará e o Pólo Petroquímico de Suape (PE).

A região Nordeste tem plenas condições de participar “desse boom econômico da cadeia

produtiva dos biocombustíveis”, segundo Borges. Ele pediu ao governo Lula mais incentivos para que a região possa ser protagonista na produção de biocombustíveis, o que poderia ajudar na superação da desigualdade regional brasileira.

– As obras importantes não acontecem. E o governo insiste num discurso bonito, mas pouco

real em relação ao biodiesel. Nossa região vive de promessas do Executivo – observou.

Quanto à Bahia, o senador disse que o governo não tem sequer um projeto estruturante para o estado. Ele quer a construção de rodovias e da Ferrovia Oeste-Leste, também cobrada pelo atual governador baiano, Jaques Wagner.

Adelmir: posto de saúde deve fornecer remédio a paciente

A instalação de uma estrutura básica para atendimento de urgência nos postos de saúde do país, com o fornecimento, inclusive, de medicamentos prescritos na consulta médica feita pelo Sistema Único de Saúde (SUS), foi defendida por Adelmir Santana (DEM-DF). O senador acredita que a medida, se for adotada em todos os municípios, irá ajudar a desafogar as unidades de saúde das grandes cidades.

Adelmir reivindicou ainda a aprovação de projeto de lei (PLS 3171/00) do então senador Arlindo Porto que prevê o ressarcimento pelo SUS de gastos com medicamentos de uso continuado não disponíveis na rede de saúde pública. Já acolhida pelo Senado, a proposta tramita na Câmara.

Na avaliação de Adelmir, a Política Nacional de Medicamentos não tem sido eficaz no atendimento à demanda da população. Dos R\$ 3,2 bilhões gastos pelo governo federal com saúde em 2005, apenas R\$ 281 milhões foram destinados ao Programa de Farmácia Básica, segundo informou.

Outra reclamação do senador é quanto à concentração dos investimentos públicos em saúde nos grandes centros. Em 2005, de acordo com o parlamentar, Brasília recebeu 87% dos recursos do SUS, enquanto 13% foram repartidos entre 21 municípios goianos e mineiros do Entorno do Distrito Federal.



Adelmir afirma que é preciso desafogar as unidades de saúde dos grandes centros

Valadares propõe uma constituinte exclusiva para reforma política

Senador diz que, diante da falta de decisões da Câmara em relação a propostas como a adoção do voto distrital misto, só uma assembléia poderia promover as mudanças

A formação de uma assembléia constituinte exclusiva para tratar da reforma política foi sugerida por Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), tendo em vista o fato de a proposta em tramitação na Câmara não ter avançado.

– Só uma constituinte exclusiva seria capaz de promover as reformas necessárias – ponderou.

Nessa assembléia, avalia o senador, seriam tratados os principais pontos da reforma como a instituição do voto distrital misto, do financiamento público de campanha, da fidelidade partidária e, até mesmo, acredita Valadares, seria questionado o atual sistema político de governo. Isso porque, segundo ele, o presidencialismo brasileiro, com o excesso de edição de medidas provisórias pelo Executivo, acaba por impedir o adequado funcionamento do Congresso Nacional.

Para o senador, esse “presi-



Valadares defende proposta do governo Lula para a matriz energética brasileira

dencialismo equivocado” é o principal responsável pelas crises políticas que se sucedem sem que se consiga chegar a bom termo em nenhuma delas, o que coloca em risco a normalidade democrática.

Valadares garantiu já ter obtido a assinatura de 43 parlamentares em defesa da adoção do sistema eleitoral misto para eleição de

deputados federais, estaduais e vereadores.

Biocombustível

Também ontem, o senador defendeu a proposta apresentada pelo presidente Lula na Conferência Internacional de Biocombustível, sobre “uma mudança revolucionária na matriz energética brasileira”. De acordo com Valadares, jornais europeus criticaram o “etanol sujo” do Brasil, mencionaram trabalho forçado na produção de cana-de-açúcar e disseram que a produção de cana empurraria o plantio de soja para a Amazônia.

– O maior obstáculo para o crescimento das nossas exportações de etanol são as tarifas e os subsídios adotados nos mercados desenvolvidos dos países ricos. Sem apresentar a necessária contrapartida, esses países querem que o Brasil abra sua indústria para eles.

Malta: burocracia impede adoção e condena criança a viver em abrigo

O senador Magno Malta (PL-ES) disse que vem recebendo grande número de e-mails em razão da audiência pública sobre políticas de adoção que a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado (CDH) deverá realizar em breve.

Conforme Malta, que relata projeto sobre o assunto (PLS 401/05), de Marcelo Crivella (PRB-RJ), o país precisa discutir leis para reduzir os entraves burocráticos aos processos de adoção, o que pode ocorrer pela participação popular na audiência.

– Existem milhões de pessoas querendo dar à luz pelo coração

no país. Casais em busca de adoção, dos quais esse direito é tirado pela burocracia – afirmou.

Essa situação, observou, força o Congresso a resolver a questão por meio de nova legislação para o tema, que simplifique as regras do processo de adoção. Ele citou o caso de um candidato a adotante que ficou frustrado ao ter seu pedido parcialmente negado por um juiz, sob a alegação de que a criança que ele iria adotar estava com Aids. “Então essa criança é obrigada a morrer num abrigo?”, questionou o adotante, de acordo com Malta.

O senador conclamou a so-



Malta cobra nova legislação que simplifique as regras para adoção

cidade para outra audiência na CDH, que irá debater projeto contra a discriminação a homossexuais. Para ele, a proposição deve ser corrigida, uma vez que “concede poder draconiano aos homossexuais que se sentem discriminados para processarem cidadãos”.



Flexa Ribeiro: comissão de senadores do Pará deve apurar denúncias

Flexa Ribeiro quer investigação sobre escravidão em usina

Foi requerida ontem por Flexa Ribeiro (PSDB-PA) a criação de comissão composta por senadores do Pará com o objetivo de averiguar as condições da rescisão direta do contrato de trabalho de 1.180 empregados da empresa Pará Pastoral e Agrícola (Pagrisa), no município de Ulianópolis.

Flexa Ribeiro afirmou que uma fiscalização do Ministério do Trabalho e do Ministério Público do Trabalho identificou a utilização de “trabalho escravo ou degradante e análogo à escravidão”. A inspeção ocorreu logo após uma outra realizada pela Delegacia Regional do Trabalho, que não havia encontrado irregularidades.

Conforme o senador, existe “estranha coincidência” entre o resultado da fiscalização e o discurso proferido pelo presidente Lula, em Bruxelas, quando – de acordo com Flexa Ribeiro – parlamentares europeus demonstraram apreensão com a expansão das áreas de cana-de-açúcar, para dar conta do Programa de Biodiesel. “O presidente Lula disse que a Amazônia é uma região que não se presta para o cultivo da cana. Cometeu um equívoco. Para produzir cana, a Amazônia não precisa desmatar um só palmo de floresta nativa”.

– O Pará é hoje o maior produtor do Brasil de óleo de palma e tem uma área agricultável que pode transformá-lo no maior produtor do mundo, passando a Malásia – assinalou.



Gerardo Magela

Ex-presidente da CNA organizou "tratorações", lembra Kátia Abreu

Kátia Abreu homenageia Ernesto de Salvo

Kátia Abreu (DEM-TO) prestou homenagem ontem ao líder ruralista e ex-presidente da Confederação Nacional da Agricultura (CNA) Antônio Ernesto de Salvo, falecido em Belo Horizonte no final de junho.

A senadora destacou o importante papel desempenhado por Salvo à frente da CNA na organização de cinco manifestações em Brasília conhecidas como "tratorações e caminhoneiros", as quais obrigaram, segundo ela, o governo a reconhecer e discutir direitos da agropecuária.

Comissão de Assuntos Econômicos aprova em caráter terminativo projeto de lei apresentado pelo senador José Maranhão

Contribuintes poderão ter prazo maior para pagar saldo do IR

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem projeto de lei que permite às pessoas físicas o pagamento do saldo do Imposto de Renda, quando se tratar de cota única ou da primeira cota mensal, até o oitavo dia útil do mês seguinte ao fixado para a entrega da declaração de rendimentos.

De acordo com o autor da proposta (PLS 210/04), senador José Maranhão (PMDB-PB), o objetivo é "adequar o vencimento da obrigação tributária dos trabalhadores à praxe do recebimento de seus rendimentos". Ou seja, como a Receita Federal vem exigindo que a entrega da declaração ocorra no final

de abril, os contribuintes teriam até o oitavo dia útil de maio para pagar a cota única ou a primeira cota mensal, em uma data na qual a maioria dos assalariados já recebeu os salários referentes ao mês de abril.

O relator da matéria, aprovada na CAE em caráter terminativo, foi o

senador Arthur Virgílio (PSDB-AM), que apresentou parecer favorável.

Matérias rejeitadas

Outros dois projetos foram votados pela comissão, mas, ao contrário do PLS 210/04, foram rejeitados. Um deles foi o PLS 194/03, do senador Paulo Paim (PT-RS), que previa a incorporação gradual dos adicionais

de insalubridade ou periculosidade aos salários dos empregados. O outro foi o PLC 48/05, que obrigava as instituições financeiras a utilizar no mínimo 10% dos recursos do crédito rural em empréstimos para compra de tratores, colheitadeiras, máquinas, implementos e equipamentos agrícolas.



Célio Azevedo

Senadores rejeitam propostas sobre incorporação de adicionais e empréstimos rurais

Mercadante anuncia votação de projeto que muda Lei de Microempresas

O senador Aloizio Mercadante (PT-SP), presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), anunciou ontem, no Plenário, que o colegiado vai votar hoje, em reunião extraordinária, às 15h, o projeto de lei da Câmara que altera a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas.

A matéria, já aprovada na Câmara dos Deputados, permite a ampliação do número de empresas que podem aderir ao chamado Supersimples – regime diferenciado de tributação para as micro e pequenas empresas.

O acordo para a votação do projeto (PLC 43/07) foi fechado em reunião no gabinete da liderança



Gerardo Magela

Presidida por Mercadante, a CAE terá reunião extraordinária

inclui o setor de transportes no Supersimples. Ambas as questões, adiantou Mercadante, serão tema de discussões na Subcomissão Temporária de Reforma Tributária da CAE em agosto, por meio de audiência pública.

Participaram dos entendimentos os senadores Valdir Raupp

(PMDB-RO), Tasso Jereissati (PSDB-CE), Cícero Lucena (PSDB-PB), Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Osmar Dias (PDT-PR), Jayme Campos (DEM-MT), Sérgio Zambiasi (PTB-RS), João Tenório (PSDB-AL), deputados federais, quatro secretários do Ministério da Fazenda representando o Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) e também representantes do Sebrae, de associações de municípios e de micro e pequenas empresas.

Pregão eletrônico

Outro projeto discutido na reunião do colegiado amplia o uso do pregão eletrônico nas compras do governo. Um dos argumentos utilizados em sua defesa é o de que a proposta traria mais transparência às licitações. A proposição (PLC 32/07), integrante do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)

do governo federal, já foi aprovada na Câmara dos Deputados. No Senado, recebeu pareceres favoráveis em duas comissões: na de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e na de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), nas quais tramitou em regime de urgência, posteriormente retirada.

Valdir Raupp disse, após sair do encontro, que a matéria será discutida em audiência pública na CAE na primeira semana de agosto, podendo ser votada na mesma sessão. Na avaliação do parlamentar, existem "pontos contraditórios" na proposição que merecem mais análise. Uma das emendas do senador ao projeto prevê que o governo federal crie um sítio eletrônico na internet para divulgar todas as informações acerca de pregões eletrônicos.



Gerardo Magela

João Pedro pede entendimento com servidores grevistas

Voto de aplauso pelos 37 anos do Incra

João Pedro (PT-AM) apresentou ontem, em Plenário, requerimento de voto de aplauso ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) pelos seus 37 anos, celebrados na segunda-feira.

O senador frisou que a autarquia tem como missão prioritária a realização da reforma agrária, a manutenção de cadastro nacional de imóveis rurais e a administração das terras públicas da União. Ele pediu ainda um entendimento entre os servidores – em greve há mais de dois meses –, o governo e a direção do Incra.

Colombo quer ação para evitar novo apagão energético

Raimundo Colombo (DEM-SC) disse que o Senado deve encabeçar um plano de ação para evitar a ocorrência de uma nova crise no setor energético, como a que ocorreu em 2001 e provocou o racionamento de energia elétrica. O senador afirmou que especialistas prevêem uma nova crise, possivelmente mais grave do que a anterior,

já para o ano de 2010 ou 2011.

– Temos que aproveitar a vantagem estratégica do setor hidrelétrico; temos que combater a falta de visão integrada do governo sobre questões setoriais e acabar com essas brigas entre um ministério e outro – sugeriu o senador, referindo-se ao conflito entre ministérios como de Minas e Energia, Casa Civil e do Meio Am-

biente com relação a investimentos e licenciamento ambiental.

Para evitar um novo racionamento, de acordo com Colombo, é preciso investir em fontes alternativas de energia, implantar mais rapidamente os projetos de novas usinas, adequar melhor as comissões de infra-estrutura do Senado e da Câmara, entre outras medidas.



Gerardo Magela

Raimundo Colombo: Senado deve encabeçar um plano de ação

Proposta aprovada em decisão terminativa pela CE beneficia alunos de todo o país, inclusive das escolas de educação indígena. A comissão acolheu ainda o atendimento médico e odontológico aos estudantes

Aluno de escola pública pode receber uniformes padronizados e calçados

O uso de uniformes estudantis padronizados será obrigatório para os alunos da educação básica em todas as escolas públicas do país, segundo projeto do senador Cícero Lucena (PSDB-PB) aprovado ontem, em decisão terminativa, pela Comissão de Educação (CE). De acordo com a proposta, relatada por Romeu Tuma (DEM-SP), serão oferecidos dois conjuntos completos por ano a cada aluno, aí incluídos os calçados.

Pelo projeto (PLS 145/07), o Executivo fica autorizado a instituir o Programa Nacional de Uniforme Escolar, com o objetivo de complementar as despesas decorrentes da aquisição dos uniformes pelos governos estaduais e municipais. Por emenda de Ideli Salvatti (PT-SC), será proibida propaganda nos uniformes escolares.

A pedido de Marisa Serrano (PSDB-MS), foi retirada do projeto a exceção a escolas de educação indígena. A iniciativa teve o apoio do presidente da CE, Cristovam Buarque (PDT-DF), e foi elogiada por Flexa Ribeiro (PSDB-



Cristovam (E), presidente da CE, e diversos senadores elogiam a proposta

PA), Wellington Salgado (PMDB-MG), Rosalba Ciarlini (DEM-RN), Eduardo Azeredo (PSDB-MG) e Augusto Botelho (PT-RR).

Qualidade

A comissão acolheu ainda, em decisão terminativa, o PLS 277/07, de Flávio Arns (PT-PR), que define condições de qualidade da oferta escolar para crianças de cinco e seis anos de idade. Conforme substitutivo de Wilson Matos (PSDB-PR), as turmas terão no máximo 30 alunos e dois professores regentes.

Também foi aprovada proposta de Flexa Ribeiro, relatada por Augusto Botelho, que altera a Lei de Diretri-

zes e Bases da Educação para incluir o atendimento médico e odontológico a alunos do ensino fundamental público.

Outro projeto acolhido (PLS 337/07) permite a dedução de gastos com material escolar da base de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Física. O texto, do senador Papaléo Paes (PSDB-AP), recebeu

parecer favorável do relator, Wilson Matos. Os parlamentares aprovaram o substitutivo da Câmara ao PLS 5/04, que altera as regras do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior. Segundo o texto, também relatado por Wilson Matos, os financiamentos poderão ser estendidos a alunos de mestrado e doutorado.

A CE acolheu ainda o PLS 256/07, de Paulo Paim (PT-RS), que autoriza a criação da Escola Técnica Federal de Gravataí (RS), e o PLS 195/07, de Eduardo Azeredo, que institui a Universidade Federal Planalto do Araxá (MG).

Estudo deve ajudar a reduzir pena de condenados

A dedicação ao estudo poderá reduzir a pena de condenados que se encontrem em regime fechado ou semi-aberto, de acordo com o projeto de Cristovam Buarque, que recebeu parecer favorável da Comissão de Educação. A proposta (PLS 265/06) será ainda examinada, em decisão terminativa, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

A CE também deu parecer favorável ao PLC 93/06, que modifica a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, para tornar explícita a obrigatorie-

dade da conclusão do ensino médio ou equivalente para os candidatos aos cursos sequenciais da educação superior. Conforme a relatora, Marisa Serrano, essa será uma forma de “fechar brechas” na atual legislação.

A comissão aprovou igualmente parecer favorável ao PLS 310/06, do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), que altera o Código Civil, para ampliar o rol de atividades que podem ser desenvolvidas por fundações. Entre as atividades estão, segundo redação elaborada pelo relator, senador Marconi

Perillo (PSDB-GO), as de cultura, educação, saúde e preservação do meio ambiente. O projeto terá decisão terminativa da CCJ.

Proposta que obriga as bibliotecas públicas a dispor de versão completa, em braile, da Bíblia, também foi acolhida na CE (PLS 131/05). Os senadores aprovaram o Projeto de Resolução 7/07, de Cristovam Buarque, que altera o nome da CE para Comissão de Educação, Cultura e Desporto. Marco Maciel (DEM-PE) foi relator *ad hoc* da proposição.

Camata comemora contrato entre Incaper e grupo holandês

O contrato internacional firmado entre o Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Incaper) e o grupo holandês SBW International, para a multiplicação de plantas geneticamente melhoradas, desenvolvidas pelo Incaper nos últimos anos, foi comemorado ontem pelo senador Gerson Camata (PMDB-ES). O

parlamentar informou que esse é o primeiro contrato internacional do Incaper para a reprodução em laboratório de variedades como as bananas japira e vitória, o abacaxi vitória e o café conilon vitória.

Camata disse que a primeira variedade a ser multiplicada será a do abacaxi resistente à fusariose, doença que é o principal pro-

blema da cultura no Brasil e causa 30% a 40%, em média, de perdas na produção. O senador observou que, além do ganho de, no mínimo 30% na produtividade, a variedade de abacaxi criada pelo instituto é resultado de dez anos de pesquisa. Salientou ainda que esse não é um produto transgênico e que dispensa o uso de fungicidas.



Acordo permitirá multiplicação de plantas melhoradas, diz Camata

Fórum sugere ação integrada para enfrentar aquecimento

A criação de um plano nacional interno, por meio do qual o governo e a sociedade traçariam estratégias de ação para enfrentar as consequências do aquecimento global, foi defendida ontem pelo secretário-executivo do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, Luiz Pinguelli Rosa, que participou de audiência pública na Comissão Mista Especial de Mudanças Climáticas. O colegiado tem como relator Renato Casagrande (PSB-ES) e como vice-presidente Fernando Collor (PTB-AL) – o presidente é o deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO).

Entre as sugestões encaminhadas pelo fórum está a de acelerar o reflorestamento em áreas degradadas; a criação de uma rede brasileira de pesquisa e mudanças climáticas, no âmbito do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT); a aferi-

ção obrigatória de emissões veiculares no licenciamento anual de veículos; e a adoção de índices mínimos de eficiência energética para automóveis.

O fórum tem por objetivo conscientizar e mobilizar a sociedade para a discussão e tomada de posição sobre os problemas decorrentes da mudança do clima por gases do efeito estufa, bem como sobre o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).

Pinguelli Rosa também defendeu o crescimento do país em todos os setores da economia. Segundo ele, o Brasil “não pode parar”, sendo necessário reverter os altos índices de desigualdade social. O país, de acordo com Pinguelli Rosa, deve cobrar soluções das nações desenvolvidas e, ao mesmo tempo, dar exemplo na redução do aquecimento global.



Pinguelli Rosa (E) participa de debate, ao lado de Eduardo e Valter Pereira

Senadores apóiam união entre governo e sociedade

A idéia de criação do plano ganhou ainda o apoio dos parlamentares presentes à audiência pública, entre eles Renato Casagrande e Inácio Arruda (PCdoB-CE).

Para Casagrande, a discussão sobre as mudanças climáticas precisa ser incorporada de forma efetiva pelo governo e pela sociedade. Em sua avaliação, embora o Brasil colabore de forma modesta para o aquecimento global, o país pode ser pioneiro diante de outras nações ao adotar diretrizes específicas para encarar as mudanças climáticas.

– A sociedade precisa começar a debater a qualidade do crescimento para que tenhamos condições de

crescer com qualidade de vida – observou o senador, que sugeriu divulgar a proposta por meio do *site* da Comissão Mista Especial de Mudanças Climáticas.

Já Inácio Arruda ressaltou a importância da oferta de energia para o crescimento do país.

Após o debate, a comissão aprovou requerimento em que Casagrande solicita a realização, em data a ser definida, de audiência pública para discutir o Programa Antártico Brasileiro, com a presença de autoridades do Ministério do Meio Ambiente e dos profissionais que executam pesquisas sobre o clima no continente.